



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

AS HORTAS COMUNITÁRIAS COMO ESPAÇOS DE REPRODUÇÃO SOCIAL NAS CIDADES

Daiara Batista Mendes
FCT/UNESP

E-mail: daiara.mendes@unesp.br

INTRODUÇÃO

O fenômeno da agricultura urbana tem ganhado evidência nas últimas décadas frente às crises estruturais em âmbito mundial que impactam na reprodução social dos cidadãos no que concerne às condições de saúde, emprego e moradia e, especialmente, ao acesso à alimentação, da qual essa prática atua como uma medida mitigadora para a situação de insegurança alimentar a que estão expostas as classes sociais à margem do sistema capitalista.

Nesse contexto, as cidades passam a ser vistas não apenas como espaços privilegiados para o consumo, mas também da produção, a partir do cultivo agrícola de hortaliças, legumes, frutas e ervas medicinais que integram a base alimentar dos cidadãos, e são disponibilizadas em quantidade e variedade adequadas para o consumo nos centros urbanos.

A agricultura urbana, portanto, configura-se como uma agricultura de proximidade, devido ao fato de que esses produtos são cultivados nos quintais das residências, nos vazios urbanos de propriedade pública ou privada, nas escolas e demais instituições no interior da malha urbana. Tal condição favorece a redução da distância entre os alimentos e seus consumidores, permitindo o rápido acesso aos produtos, além da economia em termos monetários em vista da diminuição dos custos de transporte e do menor número de intermediários, em casos de comercialização, sejam nas iniciativas de caráter individual ou coletivas.

Os espaços de produção agrícola coletiva nas cidades, denominados de hortas comunitárias urbanas, podem ser desenvolvidos a partir da organização da comunidade local ou por intermédio de políticas públicas nacionais, estaduais ou municipais, sendo a sua produção destinada ao abastecimento alimentar dos sujeitos envolvidos e/ou comercialização dos produtos pelas unidades familiares.



O presente trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa de doutorado¹ que busca compreender as estratégias de reprodução social dos produtores agrícolas urbanos de Birigui – São Paulo – a partir do Programa Hortas Comunitárias. Essa política pública municipal foi institucionalizada no ano de 1994 com o objetivo de disponibilizar terrenos públicos ociosos, separados em canteiros, para que as famílias inscritas no Programa cultivem os seus próprios alimentos, sobretudo hortaliças e legumes, sendo, posteriormente, destinados ao autoconsumo, à comercialização e à doação do excedente gerado.

Diante disso, a cidade conhecida como a “capital do calçado infantil” devido ao número expressivo de empresas do setor e de empregos gerados nesse segmento industrial, passa a ganhar destaque também através das ações desse Programa nas mídias nacionais. Atualmente, Birigui abrange cerca de 55 hortas comunitárias distribuídas pelos bairros da cidade, sob a gestão do Fundo Social de Solidariedade do município e dos presidentes responsáveis por cada unidade produtiva.

Nesse contexto, o debate geográfico se volta à ascensão dessas práticas espaciais que atuam na produção do espaço e na reprodução social dos cidadãos, compreendendo essas estratégias como respostas às transformações engendradas pelo processo de reestruturação capitalista nas diferentes esferas da sociedade.

Esses espaços de produção agrícola coletiva resistem ao modo de produção capitalista dominante e suas práticas excludentes que reproduzem as desigualdades sociais em maior ou menor grau nas cidades, promovendo a justiça social e o direito à cidade.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desse estudo, delimitou-se a realização de três etapas de pesquisa: a bibliográfica, a documental e a empírica. Em um primeiro momento, foi realizado o levantamento bibliográfico sobre as temáticas que embasaram o estudo, tais como: reprodução social, estratégias de reprodução social nas cidades, agricultura urbana e hortas comunitárias urbanas, além de obras científicas que contribuíram na caracterização da área e da região em que está inserida.

A pesquisa documental se sucedeu a partir da obtenção de documentos e legislações em sites oficiais do governo, tais como IBGE, Fundação SEADE, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS – e Prefeitura Municipal de Birigui, a fim de

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

identificar informações sobre as práticas, marcos legais, aspectos demográficos e econômicos do município, entre outros elementos.

A etapa da pesquisa empírica, ainda em desenvolvimento na área de estudo, é constituída pela coleta de dados de fontes primárias a respeito do fenômeno estudado a partir das pesquisas de campo, culminando no levantamento das hortas comunitárias e na aplicação das técnicas de entrevistas com os sujeitos da pesquisa, como a gestão municipal do Programa Hortas Comunitárias de Birigui e os agentes institucionais ligados às atividades agrícolas urbanas e o planejamento urbano no município.

Com os produtores urbanos assistidos por essa política pública, optou-se pela realização de uma entrevista padronizada (estruturada) mediante a aplicação de questionários com questões abertas e de múltipla escolha. Para tal metodologia, foi selecionado o presidente das áreas de produção delimitadas pela amostragem, ou algum interlocutor nomeado por ele.

A partir dos resultados das diferentes etapas de pesquisa, serão elaborados mapas, gráficos e quadros que contribuirão nas análises pretendidas a luz do referencial teórico proposto para a construção da tese defendida nesse estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Agricultura urbana e reprodução social

A reprodução social engloba as estratégias de subsistência em curto e longo prazo dos sujeitos sociais, a partir do trabalho humano, remunerado ou não, visando atender às condições cotidianas de sobrevivência das famílias.

Na perspectiva sociológica, as contribuições de Pierre Bourdieu acerca das estratégias de reprodução centram-se nos mecanismos utilizados para a manutenção do poder político e econômico pelas elites, no contexto europeu, visando a perpetuação da posição social através das gerações a partir da “lógica das trocas matrimoniais e das práticas sucessórias” (Bourdieu, 2020, p. 22), com enfoque nas relações de dominação que atravessam as diversas esferas sociais.

Para fins de classificação, o autor subdivide as estratégias de reprodução em cinco grandes classes, ainda que essas sejam interdependentes e mescladas diante dos fatores que perpassam pela distribuição do capital e pelos mecanismos que garantem sua reprodução (Bourdieu, 2020). Sobre isso, ele destaca que

Pode-se apresentar uma espécie de quadro das grandes classes de estratégias de reprodução (engendradas por essas disposições) presentes em todas as sociedades, mas com pesos diferentes (conforme o grau de objetivação do capital sobretudo) e formas que variam conforme a natureza do capital a ser transmitido e o estado dos



mecanismos de reprodução disponíveis (por exemplo, as tradições de sucessão) (Bourdieu, 2020, p. 24).

Nesse sentido, vale salientar que, embora apresentem características gerais, tais estratégias variam de acordo com as estruturas preexistentes e as intencionalidades dos sujeitos inseridos em determinados contextos sociais.

Em primeiro lugar estão as estratégias de investimento biológico, destacando-se as estratégias de fecundidade, que “envolvem todo o futuro da linhagem e de seu patrimônio e visam a controlar a fecundidade” (Bourdieu, 2020, p. 25), e as estratégias profiláticas, caracterizadas pelas ações voltadas aos cuidados com a saúde, possibilitando preservar o capital corporal e, conseqüentemente, assegurar o capital econômico das famílias.

Outra classe refere-se às estratégias sucessórias, as quais “visam a garantir a transmissão do patrimônio material entre as gerações com o mínimo de desfalque possível dentro das possibilidades oferecidas pelo costume ou pelo direito” (Bourdieu, 2020, p. 25). Essas estratégias, comumente observadas na linhagem de sucessão das famílias reais, como no caso britânico, são mecanismos que buscam transmitir o poder político e econômico entre as gerações, a fim de reproduzir a posição social ocupada por dados núcleos familiares (Valle, 2022, p.04).

As estratégias educativas, por sua vez, têm como intuito “produzir agentes sociais dignos e capazes de receber a herança do grupo, ou seja, de retransmiti-la, por sua vez, ao grupo” (Bourdieu, 2020, p. 25), a partir do investimento na educação formal (sistema escolar tradicional) e não formal (cursos de formação continuada, por exemplo) dos indivíduos pertencentes às elites, em detrimento da população menos capitalizada, que, pelo seu baixo nível de escolaridade, seria subordinada aos primeiros, reproduzindo, assim, as desigualdades sociais (Nogueira; Nogueira, 2002, p.19).

No que concerne às estratégias de investimento simbólico, suas ações propiciam “o reconhecimento, as percepções, as aparências do grupo familiar, tencionando positivamente, perante as pessoas da sociedade” (Silva, 2015, p.90). Tais estratégias não favorecem apenas a perpetuação e o aumento do capital financeiro, mas também o investimento no capital cultural (posse de bens culturais, nível de escolaridade, regras de etiqueta) como forma de garantir a posição social privilegiada e as formas de dominação de determinados grupos em relação a outros.

Dentre as estratégias de reprodução classificadas por Bourdieu, neste estudo compreende-se a produção nas hortas comunitárias urbanas em Birigui como estratégias de investimento econômico para o segmento da população atendida por essa política pública de fomento à agricultura urbana. Segundo o autor, essas estratégias “são orientadas para a perpetuação ou para o aumento dos



diferentes tipos de capital” (Bourdieu, 2020, p. 25), sendo, desse modo, ações individuais ou coletivas que possibilitam a reprodução social das famílias diante de processos socioeconômicos que influenciam diretamente nos recursos monetários destinados à manutenção desses indivíduos no campo e na cidade.

Para Bourdieu, as estratégias estão condicionadas ao *habitus* em que determinadas populações estão inseridas, que influencia nas escolhas dos agentes sociais a partir das condições cotidianas de sobrevivência (Silva, 2015, p.91). Dessa forma,

as estratégias de reprodução engendradas pelas disposições à reprodução inerentes ao *habitus* podem ser acompanhadas de estratégias conscientes, individuais e às vezes coletivas, que, quase sempre inspiradas pela crise do modo de reprodução estabelecido, não contribuem necessariamente para a realização dos fins a que visam (Bourdieu, 2020, p. 26).

Corroborando essa concepção, Ramos (2024, p.03) destaca que as estratégias adotadas pelos indivíduos são reflexo de estruturas preexistentes na sociedade “que ampliam ou restringem suas decisões”, sejam elas econômicas, sociais, políticas ou culturais. Esse autor incorpora à análise a ideia de “estratégias espaciais”, ou seja, que se realizam em um determinado espaço dotado de formas, funções, estruturas e processos e reverberam nas práticas da população e, conseqüentemente, na produção do espaço. Daí a ótica espacial da reprodução social, tal como analisaremos sob a perspectiva geográfica.

É importante salientar que nas contribuições de Bourdieu, as estratégias de reprodução estariam vinculadas às formas de manutenção do capital pelas famílias da elite europeia. Na perspectiva do autor, o conceito de estratégias está intimamente relacionado à sucessão familiar para a transmissão de bens materiais, culturais e sociais de uma geração para outra. Assim, não há como compreender as estratégias, sem considerar o núcleo familiar como o *locus* da reprodução social.

Nesse sentido, o autor aponta a família como “sujeito” das estratégias de reprodução:

É certo que a família e as estratégias de reprodução estão envolvidas: sem família, não haveria estratégias de reprodução; sem estas, não haveria família (ou corpo e Stand [estamento] como quase-família). É preciso que a família exista – o que não é evidente – para que as estratégias de reprodução sejam possíveis; e destas depende a perpetuação da família, esta criação contínua (Bourdieu, 2020, p. 33).

Tal entendimento fica evidente quando analisamos as diferentes classes de estratégias de reprodução delimitadas por Bourdieu: todas as ações e mecanismos econômicos, sociais e espaciais estão direcionados à manutenção das famílias, tanto para a perpetuação do poder político e econômico daquelas pertencentes às elites, quanto para a ascensão social dos indivíduos e a subsistência humana



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

da população à margem do sistema produtivo capitalista, tal como o público-alvo atendido pelo Programa Hortas Comunitárias, em Birigui.

Sob a abordagem geográfica, Corrêa (2013) destaca que a produção do espaço reflete as ações dos sujeitos em suas formas e funções, interferindo nas condições de reprodução em diferentes temporalidades. Nesse entendimento, Carlos (2013) acrescenta que a reprodução da sociedade se realiza através da produção/reprodução do espaço, na qual “a reprodução continuada do espaço se realiza como aspecto fundamental da reprodução ininterrupta da vida” (p. 53), revelando, assim, a relação dialética entre sociedade e espaço, “um se realizando no outro e através do outro” (p. 53).

Dessa forma, diante das dinâmicas socioespaciais excludentes, engendradas pela produção capitalista do espaço urbano, esses sujeitos sociais adotam diversas estratégias de subsistência a partir de fatores históricos e locacionais (histórico agrário regional, disponibilidade de terras públicas para o cultivo, pobreza urbana, condições climáticas...), além de aspectos identitários, como a origem rural, por exemplo.

Nesse último caso, Marques ressalta a importância das estratégias familiares e coletivas, destacando as “práticas solidárias de vizinhança e as atividades de autossubsistência como o plantio de hortas e a criação de pequenos animais em fundos de quintal” (2006, p. 182), enquanto práticas representativas da sociabilidade rural (ou ruralidades) que são adotadas como medidas mitigadoras diante de processos que não incorporam na mesma intensidade os diferentes grupos sociais no campo e na cidade.

Diante do exposto, as abordagens sociológica e geográfica se complementam numa perspectiva interdisciplinar para o entendimento de processos socioespaciais que atuam na distribuição dos recursos nas diversas sociedades e em diferentes contextos, particularmente no que concerne à reprodução social dos sujeitos. Neste trabalho, delimitamos como enfoque central as estratégias coletivas desenvolvidas pelos cidadãos para o abastecimento alimentar e a agregação na renda das famílias a partir das hortas comunitárias urbanas, uma das modalidades da agricultura urbana.

Assim, destacamos o papel das hortas comunitárias urbanas como estratégias adotadas pelos cidadãos para a manutenção socioeconômica desses sujeitos sociais diante da multifuncionalidade inerente a essa prática, seja através da produção de alimentos para o autoconsumo ou pela venda direta desses produtos e, conseqüente, geração de emprego e renda nas iniciativas voltadas à comercialização.



Aquino e Assis (2007, p. 148) ressaltam que a pobreza rural migrou para os centros urbanos a partir de 1950, em meio a um processo alavancado pela modernização conservadora da agricultura brasileira, comprometendo, assim, a segurança alimentar dessa população pelo afastamento das suas unidades produtivas.

Dentre as estratégias encontradas para garantir o acesso aos alimentos por parte dos cidadãos, destaca-se a agricultura urbana, caracterizada como as atividades agrícolas, tais como o cultivo e a criação de animais, desenvolvidas no interior das cidades ou em seus arredores, seja para a comercialização ou o autoconsumo (Mendes, 2022, p. 21).

Essa configura-se como uma atividade que visa a garantia de alimentos frescos, em quantidade suficiente, e acessível em termos monetários e de proximidade entre o consumidor e o produto, aliada à sustentabilidade urbana, do ponto de vista ambiental, e que permite que os valores e as tradições do modo de vida do campo sejam reinterpretados e recriados no cotidiano desses sujeitos no contexto urbano, sob a perspectiva identitária (Marques, 2006, p. 182).

Assim sendo, a agricultura urbana enquanto estratégia de reprodução social nas cidades não deriva apenas dos saberes e práticas introduzidos pelos migrantes rurais, mas incorpora as dinâmicas e os processos socioespaciais essencialmente urbanos, como a especulação imobiliária e a expansão urbana. Essas questões impactam diretamente na disponibilização de terras para o cultivo agrícola e na continuidade de projetos de hortas comunitárias de iniciativa pública ou privada, acarretando a busca constante por mecanismos que garantam a manutenção da produção de alimentos nos centros urbanos para o abastecimento alimentar e a geração de renda pelas famílias.

As hortas comunitárias urbanas, objeto deste estudo, são caracterizadas como uma das tipologias de agricultura urbana comumente definidas como as “hortas cultivadas por um grupo que apresenta interesses em comum em um determinado espaço da cidade, podendo este ser público ou privado” (Medeiros, 2014, p.135).

Os espaços coletivos de produção de alimentos estão inseridos na concepção das cidades democráticas, que engloba a participação social dos cidadãos na reivindicação pelo acesso aos vazios urbanos, públicos ou privados, a fim de transformá-los em espaços verdes produtivos, que aliam a sustentabilidade urbana à garantia da segurança alimentar desses moradores.

Os elementos teórico-metodológicos apresentados ao longo da exposição nos conduzem para o entendimento das hortas comunitárias em Birigui como espaços de reprodução social e de sociabilidade no contexto urbano, a ser discutidas a partir dos resultados das pesquisas empíricas acerca dessa política pública municipal apresentados a seguir.



O Programa Hortas Comunitárias em Birigui: estratégias de reprodução social e sociabilidade urbana

O município de Birigui, localizado na região noroeste do Estado de São Paulo, teve sua origem ligada ao surgimento, no início do século XX, do povoado que se formou com a instalação da Estação Ferroviária que servia como ponto de abastecimento da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. O núcleo urbano inicial foi formado a partir da estação ferroviária, onde foram sendo construídas as primeiras residências e edificações comerciais, e que hoje abriga o centro da cidade de Birigui.

Suguimoto (2011) destaca que a evolução populacional dessa localidade em formação se deu “com a chegada dos imigrantes estrangeiros (neste momento, eram portugueses e ingleses) e japoneses atraídos pela produção cafeeira, que depois deu lugar para o algodão com a crise do café em 1929 e a instalação das primeiras indústrias” (p.36), as chamadas “máquinas de beneficiamento”, que transformavam produtos agrícolas, como o café e o algodão, em manufaturas.

Em consonância com o cenário nacional, a partir de 1950, o município assistiu a uma diminuição da população rural (Quadro 1) e consequente queda da participação do setor primário na economia local, “em decorrência do êxodo rural e do processo de industrialização e de mecanização do campo, afetando, especialmente, a pequena propriedade” (Suguimoto, 2011, p.31).

Quadro 1 - População do município de Birigui/SP (1950 a 2022).

Ano	População urbana	População rural	Total
1950	12.550	18.468	31.018
1960	18.721	12.594	31.315
1970	27.330	7.887	35.267
1980	45.066	5.514	50.580
1991	70.102	4.579	74.681
1996	81.759	3.989	85.751
2000	90.823	3.275	94.098
2010	105.481	3.241	108.722
2022	116.413	2.566	118.979

Fonte: Suguimoto (2011, p.33); IBGE (2022).

Essa mão-de-obra advinda da migração campo-cidade, sobretudo os produtores rurais menos capitalizados que não foram incorporados a esse processo modernizante, foi sendo absorvida pela indústria em ascensão no município (Sader, 2020, p.62).

A cultura cafeeira tem íntima relação com o desenvolvimento da indústria em Birigui, tal como pontuou Cícero (2011):



[...] percebemos que, mesmo indiretamente, a cultura do café no interior do estado criou condições que favoreceram o desenvolvimento da indústria, em que destacamos: a construção das estradas de ferro e a constituição de núcleos urbanos; formação de mão-de-obra assalariada; difusão da energia elétrica, necessária para as máquinas de beneficiamento do café, dentre outros fatores (p.70).

A presença dos imigrantes, principalmente japoneses, também favoreceu no desenvolvimento industrial calçadista na cidade, pois, a partir de seus saberes técnicos provenientes de seus locais de origem, criaram as primeiras fábricas de calçados artesanais.

O município, com histórico marcado pelas atividades agrárias, acompanhou o seu desenvolvimento a partir da atuação do setor secundário, preponderantemente da indústria calçadista infantil, e do setor de comércio e serviços direcionado a esse ramo comercial. Conhecida como o principal centro de produção de calçados infantis no país (SEADE, 2017), Birigui passou a ser denominada como “a capital latina do calçado infantil por ser o maior polo industrial da América Latina especializado neste segmento” (Sader, 2020, p. 40).

Embora haja a necessidade do couro e outros derivados industriais como matérias-primas para a produção de calçados, esse ramo “não mais depende, como no passado, da agricultura local” (Suguimoto, 2011, p.40).

Nota-se, assim, que “o município de Birigui é exceção na região, visto que o setor industrial sobrepuja em importância para a economia, o agropecuário” (CATI, 2011, p.28), principalmente quando comparado à Araçatuba, cidade com a qual estabelece interações espaciais e econômicas, e que é considerada a “capital do boi gordo”, devida a expressiva participação da pecuária na economia local.

As hortas comunitárias surgiram na cidade de Birigui em meados da década de 1980, por meio da organização da população local. No ano de 1994, a iniciativa foi institucionalizada como política pública, sob a gestão da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do município (Poletti et. al., 2020, p. 2). Em sua gênese, o Programa tinha como público-alvo a população carente de Birigui, estendendo-se, no momento presente, para todos os moradores que tenham interesse pelo cultivo, independente da classe social.

Além de disponibilizar os terrenos públicos ociosos para a produção agrícola na cidade, o poder público municipal também subsidia as sementes e os fertilizantes orgânicos, além do acesso à água e aos veículos para descarte dos resíduos gerados nas unidades produtivas.

No presente ano (2025), 55 hortas estão cadastradas no Programa, sendo divididas em dois tipos: as hortas de agricultura familiar, destinadas exclusivamente para a comercialização, sob o



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

comando de uma ou duas famílias, e as hortas comunitárias, que atendem aos moradores dos bairros onde estão instaladas (Quadro 2), com a produção voltada para o autoconsumo das famílias participantes. Nesse último caso, o número de usuários cadastrados varia entre 10 e 50 unidades familiares.

Quadro 2 – Relação de hortas comunitárias por bairros em Birigui.

Bairros	Hortas
Alto Colinas	Colinas
Bosque da Saúde	AF Bosque da Saúde I
	AF Bosque da Saúde II
	Bosque da Saúde
Jandaia II Residencial Parque	Jandaia II
Jandaia Residencial Parque	Jandaia I
Jardim Costa Rica	Costa Rica
Jardim Flamengo	Jardim Flamengo I
Jardim Icaray	Santo Antônio
Jardim Planalto	Jardim Planalto
Jardim Popi	Ipanema
Jardim Primavera	Jardim do Trevo
	Reginaldo de Almeida Oliveira
Jardim Sant'Ana	Jardim Flamengo
Jardim São Braz	AF Cohab 3
	Cohab 3
Jardim São Conrado	São Conrado
Jardim Toselar	Toselar
Jardim Vista Alegre	Vista Alegre
João Crevelaro	João Batista Oliveira
	João Crevelaro I
	João Crevelaro II
	João Crevelaro III
	João Crevelaro IV
	Thereza Maria Barbieri II
Moimás	Moimás
Novo Jardim Stábile	Vale Do Sol
Núcleo Habitacional Ivone Alves Palma	Ivone Alves Palma I
	Ivone Alves Palma II
Núcleo Habitacional Thereza Maria Barbieri	Thereza Maria Barbieri I



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Parque das Nações	Parque das Nações
Parque Residencial América	Jardim América
Parque Residencial Nelson Calixto	Jardim São Paulo
Patrimônio Santo Antônio	Icaray
Patrimônio Silvares	Cidade Jardim
	Silvares
	Vila Brasil
Residencial Alvorada	Tangará
Residencial Art Ville	Art Ville
Residencial Atenas	Atenas
Residencial Candeias	Candeias
Residencial Eurico Caetano	Eurico Caetano
Residencial Monte Líbano	Jardim Canaã
	Monte Líbano I
	Monte Líbano II
Residencial Pedro Marin Berbel	Pedro Marin Berbel
Residencial Portal da Pérola	Portal da Pérola I
Residencial Portal da Pérola II	Portal da Pérola II
Residencial São José	Birigui I
	Recanto Verde
	São José
Vila Germano	Perdizes
Vila Guarujá	Boleli
Vila Isabel Marin	Izabel de Almeida Marin
Vila Saudades	Vila Angélica II

Fonte: Organizado pela autora (2025).

As informações representadas no quadro destacam a expressividade da atuação do Programa Hortas Comunitárias no Bairro João Crevelaro (Imagem 1), que abrange seis (6) hortas comunitárias. Esse conjunto habitacional foi viabilizado por parceria entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU – e a Prefeitura Municipal, em meados da década de 1990, concomitante ao processo de institucionalização dessa política pública municipal.



Imagem 1 – Produtora agrícola urbana na Horta Comunitária João Crevelaro I.



Fonte: Pesquisas de Campo (2025).

Cerca de 2 mil famílias são beneficiadas diretamente pela produção de hortaliças, legumes e ervas medicinais nas hortas comunitárias de Birigui, considerando os residentes cadastrados no Programa. No entanto, esses alimentos podem ser acessados por toda a população através da comercialização nas próprias unidades produtivas e das diversas formas de doação, seja entre familiares, vizinhos e entidades assistenciais locais, tais como a Santa Casa de Misericórdia e os abrigos de idosos Vó Tereza e Recanto do Vovô.

Essa distribuição da destinação da produção das hortas é regulamentada pelo próprio regimento do Programa, o qual indica que 1/3 (um terço) da produção das hortas comunitárias pode ser comercializada na própria área de cultivo e 1/3 (um terço) dela deve ser doado à entidades beneficentes do município, seguindo critérios do órgão gestor.

Além de configurarem-se como espaços de reprodução social nas cidades, as hortas comunitárias carregam um papel relevante para a sociabilidade urbana, ao passo que possibilita um ambiente de interação social para os idosos e aposentados em geral, aspecto impactado pela pandemia de Covid-19 que reduziu as possibilidades de encontro entre os produtores, embora tenham seguido com a produção.

Costa e Almeida (2012, p. 10) evidenciam que esses espaços coletivos de produção agrícola urbana são marcados por uma intensa troca de saberes, que emergem da práxis de cada participante, permitindo que mesmo os moradores originalmente urbanos possam aprender as técnicas de cultivo



a partir do contato com os migrantes rurais, em sua maioria idosos, propiciando um encontro de gerações.

Além disso, a comercialização do excedente gerado parte de pressupostos da economia solidária, como a autogestão, a cooperação e a inclusão social, em contraposição à “sociedade de consumo” predominantemente individualista, preconizada pela economia capitalista.

Dessa forma, os autores destacam que “o manejo comunitário de áreas verdes urbanas e metropolitanas pode também trazer novas perspectivas de uso para os espaços públicos e para se re(pensar) a cidade como espaço possível de convivência urbana” (Costa; Almeida, 2012, p. 18), muito característica da sociabilidade rural, mas que perde força diante da tendência de ruptura de vínculos sociais nas cidades.

As hortas comunitárias, constituem-se, assim, como espaços que viabilizam a mobilização da população na busca por mudanças sociais que impactam diretamente no cotidiano desses sujeitos, sobretudo no que tange à alimentação, saúde, moradia e segurança.

Com base nas análises preliminares realizadas a partir das entrevistas, nota-se que há uma certa dissonância nas ações realizadas pela gestão municipal no que tange à manutenção desses espaços de cultivo, de modo que o êxito do Programa decorra da organização da população local, assim como no período anterior à institucionalização dessa política, enquanto produto da luta social da sociedade civil para a sua subsistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto, conclui-se que as hortas comunitárias se constituem como importantes espaços de reprodução social na cidade de Birigui através da redução dos custos com a alimentação das famílias assistidas e pela possibilidade de geração de emprego e renda por meio da venda dos produtos cultivados, configurando-se numa prática que alia a garantia da segurança alimentar e a sociabilidade local.

No entanto, conforme as demandas apresentadas pelos produtores urbanos, essas práticas ainda carecem de uma atenção efetiva por parte do poder público em suas diferentes esferas, seja na oferta de assistência técnica ou de subsídios agrícolas para o desenvolvimento dos cultivos, de modo que esses espaços possam cumprir de fato a sua “função social”.

Esse aspecto se manifesta diante da frequente descontinuidade das ações de manutenção das políticas públicas na transição de gestões municipais, caracterizando-se mais como políticas de governo do que políticas de Estado, que resistem às mudanças na administração a partir da sua



manutenção ou reformulação, adaptando-as aos interesses privados e às novas demandas sociais da população, conforme observado na trajetória do Programa Hortas Comunitárias de Birigui.

Palavras-chave: Hortas comunitárias; Reprodução social, Agricultura urbana, Programa Hortas Comunitárias, Birigui.

REFERÊNCIAS

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na Agroecologia. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 1, p. 137-150, jan-jun 2007.

BOURDIEU, P. Estratégias de reprodução e modos de dominação. Traduzido por Patrícia C. R. Reuillard. **Repocs**, V.17, N.33, P. 21-35, 2020.

CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In.: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013. P. 41-51.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In.: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013. P. 41-51.

COSTA, H. S. de M.; ALMEIDA, D. A. O. Agricultura Urbana: possibilidade de uma práxis espacial? **Caderno de estudos culturais**, v.4, n. 8, 21p., 2012.

MARQUES, M. I. M. Entre o campo e a cidade: formação e reprodução social da classe trabalhadora brasileira. **Agrária**, São Paulo, N. 5, P. 170 - 185, 2006.

MENDES, D. B. **Ruralidades na cidade: análise das práticas de agricultura urbana desenvolvidas em Martinópolis - São Paulo**. Presidente Prudente, 178 f., 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2022.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, ano 23, n 78, p.15-36, abr./2002.

POLETTI, I. C., RODRIGUES, A. P. F. da S., DOURADO, B. S., VIUDES, D. R. Análise quantitativa de planta alimentícia não-convencional e plantas medicinais, comercialização e utilização de agrotóxicos em canteiros pertencentes ao projeto “Hortas Comunitárias” de Birigui (São Paulo). **Segur. Aliment. Nutr.**, Campinas, V. 27, P. 1-10, 2020.

RAMOS, É. A contribuição do pensamento de Pierre Bourdieu para perspectiva socioespacial em geografia: espaço, práticas espaciais e capital espacial. **GEOUSP**, São Paulo, v. 28, n. 2, e213809, 2024.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

SILVA, J. M. **As estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO)**. 2015. 276p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

VALLE, I. R. A reprodução de Bourdieu e Passeron muda a visão do mundo educacional. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 48, p. 1-16, 2022.